

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Responsável: **Adílio Gregório Pereira**, Advogado – OAB/SP 292.948, Corretor de Imóveis CRECI/SP 65.564-F, fone: (19)9-9631-1050 / (19)9-9702-1050.

Site: www.galeriapereira.com.br.

E-mail: contato@galeriapereira.com.br

1 – LOCAL E MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA. PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:

Início do recebimento de propostas: 05/03/2025 às 11:00h.

Encerramento: 11/03/2025 às 11:00h, horário de Brasília.

1.1 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As propostas de arrematação deverão ser apresentadas no período supra indicado **exclusivamente através da plataforma www.galeriapereira.com.br**, mediante a realização de “cadastro prévio” e “habilitação”, sob pena de não serem conhecidas. O referido “cadastro” e “habilitação” serão obtidos através do atendimento às seguintes condições: **A** - Não poderão alegar desconhecimento das condições de venda, fixadas pelo edital de alienação, e de utilização da plataforma, assumindo os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas de conexão particular à internet, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. **B** - O cadastro para obtenção de “login” e “senha” para acesso à plataforma, implicará em expressa anuência às regras do Edital de Alienação e de utilização da plataforma, e demais diretrizes previstas no ANEXO – I.

2 – ENCERRAMENTO: Findo o período de recebimento de propostas de arrematação na fase de Concorrência Pública, o corretor nomeado apresentará nos autos o “*Mapa de Classificação*”, contendo todas as propostas de arrematação recebidas, ficando dispensada a apresentação deste na ausência de propostas, prosseguindo-se subsidiariamente com relação ao prazo suplementar (Venda Direta).

3 – PRAZO SUPLEMENTAR (VENDA DIRETA): Caso o bem não receba proposta válida na “CONCORRÊNCIA PÚBLICA”, será imediatamente alienado ao primeiro licitante que formular proposta de arrematação que atenda às condições fixadas pelo edital de alienação (valor mínimo e quantidade de parcelas), ou seja, venda na modalidade de “**VENDA DIRETA**”. Na fase de “Venda Direta”, as propostas de arrematação poderão ser apresentadas diretamente na plataforma www.galeriapereira.com.br ou através do e-mail contato@galeriapereira.com.br.

Prazo máximo concedido ao Corretor: 05/05/2025, até às 15:00h (quinze horas).

3.1 A homologação de proposta de arrematação recepcionada na fase de “Venda Direta” não está condicionada ao término do prazo máximo de atuação concedido ao Corretor Judicial.

4 – VALOR MÍNIMO: 40% (quarenta por cento) da avaliação.

4.1 OBSERVAÇÃO: Conforme r. decisão sob *ID 48cd41b e 3a41bd4*, **fica autorizada a venda do imóvel na forma fracionada**, sem prejuízo da preferência de propostas de arrematação para aquisição integral, ficando **consignado que eventuais propostas fracionadas deverão ser acompanhadas de croqui** que demonstre que o fracionamento do bem não impedirá o livre acesso ao que remanesceria do imóvel, **além de estudos de viabilidade quanto à regularização das áreas**, porquanto implicaria desmembramento de terras, sujeito às legislações do local em que se situa o imóvel.

5 - FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da intimação da homologação da proposta vencedora, ou, **PARCELADO**, apenas no caso de IMÓVEIS, com 30% (trinta por cento) de entrada e saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo índice **INPC** (Índice nacional de preços ao consumidor), prevalecendo hipoteca sobre o próprio bem imóvel.

6 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Será considerada vencedora a proposta que resultar no maior valor acima do “*preço mínimo*” fixado para o bem. Propostas “**À VISTA**”, ou com o menor número de parcelas, preferem às propostas parceladas, nos termos do parágrafo 7º do artigo 895 do CPC.

6.1 Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte ordem: a) o pagamento à vista; b) a proposta com menor número de parcelas. Havendo propostas idênticas, a que tiver sido recebida em primeiro lugar.

7 – DOS HONORÁRIOS: O adquirente pagará ao Corretor responsável a importância de 5% (cinco por cento) do preço da alienação no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da

homologação da proposta de arrematação, através de transferência bancária, em conta a ser indicada pelo corretor responsável. Os referidos honorários não integram (não estão inclusos) no preço, e este não será devolvido ao adquirente em nenhuma hipótese, salvo se a alienação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do proponente.

A partir da publicação deste Edital, na hipótese de adjudicação do(s) bem(s) pelo exequente, este ficará responsável pela integralidade dos honorários do corretor responsável.

8 - PROPOSTA CONDICIONAL: Propostas que não atendam às condições fixadas pelo edital, inclusive quanto a: “valor mínimo”, “quantidade de parcelas” ou estejam “condicionadas” poderão ser recepcionadas na modalidade “condicional” através do e-mail “contato@galeriapereira.com.br”. O recebimento de propostas na modalidade “condicional”, não interrompe ou suspende o curso/prazos da alienação e tampouco vinculam o juízo.

9 - HOMOLOGAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA: A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, abrindo prazo para o arrematante vencedor realizar o recolhimento do valor proposto e honorários do corretor responsável no prazo de 5 (cinco) dias contados da intimação.

10 - ÔNUS: Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de **AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA**, ou seja, o arrematante e o bem adquirido não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil. Conforme já decidiu o TST (TST-RO-6626-42.2013.5.15.0000; TST_REENEC E RO - 75700- 07.2009.5.05.0000; TST-ReeNec e RO-12600-56.2009.5.09.0909; TST-RXOF e ROAG - 58400- 44.2005.5.06.0000; TST-RXOF e ROMS-25600-26.2006.5.06.0000).

I - HIPOTECA: Estando o imóvel gravado por hipoteca, esta será cancelada após a expropriação, nos termos do artigo 1.499, inciso VI do Código Civil.

II – BAIXA DE ÔNUS: Com o registro da carta de alienação/arrematação, os ônus averbados à margem da certidão de ônus reais (certidão de matrícula) serão cancelados pelo Oficial do Registro de Imóveis.

III – DESVINCULAÇÃO DE ÔNUS: A recusa à desvinculação dos débitos fiscais, condominiais e a inobservância da adequada base de cálculo para apuração do ITBI (Imposto de Transmissão de bem imóvel) caracterizará ato atentatório a dignidade da justiça, por se tratarem de providências que decorrem de lei. (STJ RECURSO ESPECIAL Nº 863.893 - PR (2006/0141866-4)).

IV – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Em caso de alienação fiduciária, eventual crédito sub-roga-se sobre o “preço” da arrematação.

11 - PROPOSTA APRESENTADA DIRETAMENTE NO PROCESSO: Propostas apresentadas diretamente nos autos, durante a vigência de nomeação do corretor judicial ou inclusão do feito em hasta pública, em homenagem à isonomia e publicidade, não serão conhecidas.

12 – DA ARREMATAÇÃO “COM CRÉDITOS”: Se o crédito dos exequentes for suficiente para a aquisição do bem na alienação por iniciativa particular, e os exequentes desejarem oferecer proposta de arrematação utilizando tal crédito, serão observadas as seguintes regras:

a) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da alienação por iniciativa particular, apresentar ao Corretor responsável a certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, tendo em vista o disposto no §1º do art. 892 do Código de Processo Civil (“Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente”);

b) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se todos os credores trabalhistas se fizerem presentes, pessoalmente ou devidamente representados por procurador com poderes específicos para tal ato, e manifestarem

o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar proporcionalmente à comissão fixada ao Corretor Judicial.

c) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, será indeferida a arrematação por crédito.

d) Na hipótese da alínea b, em que a arrematação será feita coletivamente por todos os credores trabalhistas, os interessados e/ou seus procuradores deverão informar ao Corretor responsável da aquisição coletiva naqueles exatos moldes, apresentando ao gestor nomeado as respectivas procurações e certidões atualizadas dos seus créditos, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove serem eles/as os únicos credores trabalhistas com créditos habilitados no processo piloto.

13 - ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO DOS BENS: A arrematação será realizada no estado de uso e conservação em que se encontram, sendo de exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação/levantamento antecipado quanto aos ônus, ocupação, viabilidades, restrições legais, urbanísticas e ambientais, inclusive, permissões, consertos, reparos ou mesmo providências referentes à remoção, embalagem, transporte e qualquer informação que se julgue necessário.

14 - “AD CORPUS”: As medidas indicadas são meramente enunciativas. A arrematação de imóvel não abrangerá bens móveis que se encontram em seu interior, salvo disposição expressa em sentido contrário.

15 – DA IMPOSSIBILIDADE DE ARREPENDIMENTO, INADIMPLENTO E MORA DO ARREMATANTE: Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º do Código de Processo Civil, a proposta de arrematação é irrevogável e irretroatável e vincula o proponente. A ausência do depósito (inadimplemento), acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da integralidade da comissão devida ao corretor responsável, sem prejuízo de aplicação de multa pela mora de 20% (vinte por cento) sobre o valor da venda, com a execução do valor remanescente que poderá ser dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer intimação para tanto.

16 – VISTORIA: Fica, desde já, autorizada a visitação do imóvel pelos interessados, desde que acompanhados pelo CORRETOR ou por quem for por ele indicado, devendo ser apresentada cópia do despacho de nomeação, devidamente assinada pelo Juízo, à qual se dá força de MANDADO JUDICIAL, que possibilita o ingresso e a visitação do imóvel a ser alienado. É vedado aos depositários, criar embaraços à visitação do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao artigo 14, inciso V, do CPC (artigo 77, inciso IV do NOVO CPC), ficando desde logo autorizado o uso de força policial, caso a providência se mostre necessária. à expropriação.

17 - DA EVICÇÃO: I - Constitui ônus do Arrematante o acompanhamento da expedição da carta de alienação/arrematação junto ao cartório, e seu imediato registro. Qualquer dificuldade quanto à: obter/localizar o bem móvel ou imóvel, registro da carta de arrematação/alienação, imitir-se na posse, deverão ser imediatamente comunicadas ao juízo responsável para as providências cabíveis. **II** - O Corretor nomeado não responde pela evicção, atuando como mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), bem como, também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza.

18 - REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Em caso de remissão ou acordo celebrado dentro do prazo fixado para a venda, com desconstituição da penhora e conseqüente encerramento do procedimento expropriatório, a executada responderá pelo valor devido ao CORRETOR, no importe de 2% sobre o valor da avaliação ou sobre o valor da execução, se este for inferior ao da avaliação, em caso de apresentarem o acordo ou pagamento ANTES da publicação do edital de alienação, e 5% sobre o valor da avaliação ou sobre o valor da execução, se este for inferior ao da avaliação, em caso de apresentarem o acordo ou pagamento DEPOIS da publicação do edital de alienação, nos termos do Provimento GP-CR n.º 01/2017.

19 - PRODUTOS CONTROLADOS: Para arrematação dos produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos, dentre outros), o licitante deverá atender às regras impostas pelo órgão responsável e legislação em vigor.

20 - DESPESAS QUE INCIDEM NA ARREMATÇÃO: Todas as providências e despesas referentes à transferência de imóveis e veículos, tais como registro da carta de

arrematação/alienação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, registros, averbações, retificação de área e outras eventuais despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção e/ou reformas não averbadas e ainda, despesas com a remoção de bens móveis, correrão por conta do arrematante ou adjudicante.

21 - DAS OMISSÕES: Os casos omissos e havendo incidentes ocorridos por ocasião da expropriação, serão resolvidos pelo Juízo mediante provocação.

22 - INTIMAÇÕES: O presente edital estará disponível na íntegra no site do Corretor nomeado, nos termos do Art. 889, § único, do CPC. A publicação deste edital de alienação supre eventual insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos, em especial à executada e/ou sócios, inclusive aos cônjuges quando for o caso. A publicação do edital valerá como EDITAL DE INTIMAÇÃO.

23 – IMPORTANTE:

a) Qualquer inconsistência das informações poderá ser sanada até a assinatura do auto.

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.

b) As fotos do site www.galeriapereira.com.br são meramente exemplificativas.

BENS DISPONÍVEIS: 2ª VARA DO TRABALHO DE LIMEIRA – SP (1/2025)

LOTE 01: N° PROCESSO: 0001192-76.2013.5.15.0128 - EXEQUENTE: LEANDRO OLEGARIO + 104; EXECUTADO: WALLINGFORD DO BRASIL REPRESENTACOES E DESENVOLVIMENTO DE MAQUINAS S/A + 17. Terreno denominado “Lote 09”, situado nos altos do **Bairro da Boa Vista**, deste município e comarca de **LIMEIRA/SP**, que assim se descreve: Iniciando-se no ponto 2A, daí segue com azimute 98°23'53” e com distância de 32,54 metros até o ponto 02, confrontando com a área pertencente ao Espólio De José Prada E S/Mr Aparecida Bueno Prada – Herdeiros: Sonia Maria Prada, Alberto Prada Neto, Sandra Maria Prada, Rita Carlota Prada, Eliseu Prada Sobrinho e S/Mr Maria Regina Oliveira Prada, Pedro Galleta S/Mr Julieta Carlota Prada Galleta, Jandira Carlota Prada Sterzo E S/Md Adão Benedito Sterzo, Imóvel: Gleba 1, Matrícula: 24.128 – 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.006.000, daí deflete à direita e segue com azimute 98°26'14” e com distância 143,30 metros até o ponto 03, confrontando com a área pertencente a lochpe-Maxion S.A, Imóvel: Terreno, matrícula: 4.877 – 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.007.000, daí deflete à direita e segue com azimute 146°28'08” e com distância 80,24 metros até o ponto 04, confrontando com a área pertencente a lochpe-Maxion S.A; Imóvel: Prédio Industrial, Matrículas: 10.608 – 1° CRI, cadastro municipal: 3424.007.000, daí deflete à esquerda com azimute 139°51'36” e com distância 32,27 metros até o ponto 05, daí deflete à esquerda e segue com azimute 139°19'08” e com distância 67,74 metros até o ponto 06, sendo que do ponto 04 ao ponto 06 esta confrontando com a área pertencente a lochpe-Maxion S.A., Imóvel: Gleba De Terras, Matrículas: 15.774 - 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.007.000, daí deflete à direita e segue com azimute 229°10'57” e com distância 29,14 metros até o ponto 07, confrontando com a Rua José Jorge Rodrigues (Município de Limeira), daí deflete à direita e segue com azimute 319°47'54” e com distância de 100,45 metros até o ponto 08, daí deflete à esquerda e segue com azimute 230°21'36” e com distância 40,17 metros até o ponto 09, sendo que do ponto 07 ao ponto 09 esta confrontando com a área pertencente a Isaías Bras Durant e s/mr Ivani Feres Durante, Tarcísio José Durante e s/mr Maria Lúcia Cagliardi Durante e Carmela Candida Durante Soleder e s/md Claudines Soleder, Imóvel: Prédio Residencial N° 331, Matrícula: 23.128 – 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.010.000, daí deflete à esquerda e segue com azimute 229°20'01” e com distância 181,19 metros até o ponto 10, sendo que do ponto 09 ao 10 está confrontando com a área pertencente a José Antonio Rebechi e s/mr Maria Covas Rebechi; Imóvel: Prédio Comercial, N° 301, Matrícula: 5.705 – 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.011.000; com a área pertencente a Lucia Helena Guzzi Olivieri, Marcia Olivieri Nagalli e s/md Emerson José Nagalli e Vinícius Olivieri; Imóvel: Galpão Comercial, Matrícula: 9.965 – 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.012.000; com a área pertencente a Flaminio de Lima Neto e s/mr Janete Leite de Barros Kuhl e Lima, Imóvel: Terreno, Matrícula: 25.825 – 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.013.000 e com parte da área pertencente a Giulio Archili Junior e s/mr Rosângela Maria Bolognesi Archili, Cassio José Archili E S/Mr Cassia Maria Batistela Archili, Imóvel: Prédio N° 137, Matrícula: 9.883 – 1° CRI, Cadastro Municipal: 3424.014.000, daí deflete à direita e segue com azimute 300°32'25” e com distância 47,43 metros até o ponto 11, daí deflete à esquerda com azimute 284°26'19” e com distância 22,08 metros até o ponto 11A, sendo que do ponto 10

ao ponto 11A está confrontando com a área pertencente a Lave Maq Indústria de Máquinas de Lavar Roupas Ltda, Imóvel: Área De Terras, Matrícula: 14.889 – 1º CRI, Cadastro Municipal: 3424.001.000, daí deflete à direita e segue com azimute 8°37'49" e com distância 140,20 metros até o ponto 11B, daí deflete à esquerda e segue com azimute 8°38'55" e com distância 25,32 metros até o ponto 11C, daí deflete à direita e segue com azimute 8°48'47" e com distância de 62,32 metros até o ponto inicial 2A, sendo que do ponto 11A ao ponto inicial 2A está confrontando com o Lote 07. Encerrando-se assim um polígono com **área de 41.937,43 metros quadrados**.
Obs.: Na área acima descrita existem barracões, totalizando uma área construída de 10.669,91 m². CADASTRO DA PREFEITURA: Quadra 3424 Unidade 027. Imóvel matriculado sob nº 33.467 do 1º RGI de Limeira – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Avaliação anterior, ID n. 2741a7a, consta no imóvel 4 barracões, construídos em alvenaria e cobertos com telhas de cimento amianto: Barracão da Fundação (maior dos quatro), que encontra-se muito sujo, com entulhos de areia com componentes químicos e sucatas de maquinários; o telhado requer manutenção (muitos buracos de telhas quebradas) e outras avarias. Barracão de Engenharia, Barracão da Modelagem e Barracão Matéria Prima (almoxarifado), encontram-se razoavelmente conservados. Quanto aos imóveis lindeiros, há ocupação com barraca na portaria principal dos imóveis, onde segundo informações, dois homens fazem a “guarda” permanente do local, tendo acesso livre a todas as áreas da antiga empresa. 2) Conforme Auto de Reavaliação, o imóvel está localizado na **Rua José Jorge Rodrigues, nº 361, Altos da Boa Vista, Limeira/SP**, cadastrado na Prefeitura Municipal local sob nº 3424.027.000. O acesso ao imóvel é feito pelo portão existente na Rua José Jorge Rodrigues, nº 361. 3) Conforme Certidão Complementar do Sr. Oficial de Justiça, sob ID n. 0abae21, o imóvel está aparentemente vazio. A gleba está coberta por matagal e vegetação alta, sem manutenção de jardinagem. Há uma estradinha de terra que parte do portão de entrada e vai até os barracões industriais. As construções aparentam estado de conservação ruim, possivelmente de abandono, necessitando de ampla reforma. 4) **Conforme r. decisão sob ID 48cd41b e 3a41bd4, fica autorizada a venda do imóvel na forma fracionada, sem prejuízo da preferência de propostas de arrematação para aquisição integral, ficando consignado que eventuais propostas fracionadas deverão ser acompanhadas de croqui que demonstre que o fracionamento do bem não impedirá o livre acesso ao que remanesceria do imóvel, além de estudos de viabilidade quanto à regularização das áreas, porquanto implicaria desmembramento de terras, sujeito às legislações do local em que se situa o imóvel.** ÔNUS: Conforme R.02/33.467 consta PENHORA no processo nº 0025800-34.2009.5.15.0014 pela 1ª Vara do Trabalho de Limeira – SP. Reavaliado em 19/11/2021 em R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais). **Valor mínimo: R\$ 19.200.000,00** (dezenove milhões e duzentos mil reais). Depositário: Ricardo Augusto Scalao.

ANEXO I - REGULAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.

1. CADASTRAMENTO PARA PARTICIPAR DA ALIENAÇÃO:

1.1 – Por se tratar de alienação eletrônica, os interessados deverão obrigatoriamente cadastrar-se na plataforma www.galeriapereira.com.br ficando ciente de que seu cadastro implicará na integral aceitação das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2014 de 28 de novembro de 2014, alterado pelo Provimento GP-CR nº 002/2020 do TRT da 15ª Região, e demais condições dispostas neste edital de alienação.

1.2 - Após o cadastramento, deverão ser remetidos através do e-mail “contato@galeriapereira.com.br” os seguintes documentos:

Pessoa Física

- a) termo de adesão assinado,
- b) carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- c) cadastro de pessoa física (CPF);
- d) comprovante de estado civil (certidão de casamento ou de nascimento para solteiros).
- e) comprovante de residência ou domicílio em nome do interessado

Pessoa Jurídica

- a) termo de adesão assinado;
- b) último contrato social ou alteração consolidada.
- c) cartão do CNPJ.
- d) carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos) do sócio e/ou administrador.
- e) cadastro de pessoa física (CPF) do sócio e/ou administrador.
- f) comprovante de residência ou domicílio do sócio e/ou administrador.

1.3 - Os documentos referidos no item 1.2 deverão ser recepcionados 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento da alienação, sob pena de não ser efetivada a “validação” do cadastro efetuado, impossibilitando sua participação.

1.4 – Não haverá possibilidade de cadastro presencial.

1.5 - O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital, assim como pelas propostas ofertadas com seu login e senha.

1.6 – **DA REPRESENTAÇÃO:** Caso o licitante participe da alienação através de representante, fazendo uso do cadastro/login deste, fica obrigado a apresentar “**TERMO DE RATIFICAÇÃO**”, subscrito por ambos, apresentando qualificação completa e percentual de cada licitante, através do e-mail contato@galeriapereira.com.br, no prazo máximo e improrrogável de 1 (uma) hora após o encerramento do certame, sob pena da carta de alienação/arrematação ser confeccionada em favor do titular do cadastro.

1.7 - **ARREMATACÃO POR MAIS DE UM LICITANTE:** Para que a arrematação seja realizada por mais de um licitante (comprador), basta a realização de um “**único cadastro**”, devendo ao final do certame, ser enviado através do e-mail contato@galeriapereira.com.br, “**REQUERIMENTO**” assinado pelo titular do cadastro, juntamente com os demais licitantes, informando a qualificação completa e a respectiva proporção da aquisição, no prazo máximo e improrrogável de 1 (uma) hora após o encerramento do certame, sob pena da carta de alienação/arrematação ser confeccionada em favor do titular do cadastro.